

PARECER JURÍDICO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO PRESENCIAL. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. FASE INTERNA DA LICITAÇÃO. LEIS N. 10.520/2002 E 8.666/1993. REGULARIDADE.

I - RELATÓRIO

Trata-se de fase interna de licitação em que o Fundo Municipal de Saúde pretende a contratação de *"Hospital especializado e/ou geral para a realização de procedimentos cirúrgicos de alta complexidade, para atendimento aos pacientes na lista de espera do município de Cordilheira Alta/SC"*, ao custo máximo de R\$ 4.440.250,00, via Pregão Presencial e Sistema de Registro de Preços.

O procedimento foi distribuído à Procuradoria-Geral para análise e emissão de parecer, na forma do parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/1993, e encontra-se instruído, dentre outros, com os seguintes documentos: a) termo de referência, justificativa de preço, parecer contábil e edital.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A obrigatoriedade de licitar consta na Constituição Federal, no inciso XXI do art. 37:

Art. 37. (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O processo licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas também assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

As licitações na modalidade pregão devem obediência às disposições da Lei n. 10.520/2002, que prevê, em seu art. 3º, no que tange a fase preparatória:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados;

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

O art. 11 da Lei n. 10.520/2002 e o art. 15 da Lei n. 8.666/1993 dispõem que as contratações de serviços e a aquisição de bens poderão ser processadas através do Sistema de Registro de Preços:

Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1995, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

II - ser processadas através de sistema de registro de preços.

O Registro de Preços é cabível em caso de: a) contratações frequentes; b) entregas parceladas; c) aquisição de bens ou contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, desde que na mesma pessoa política; d) quando não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Ele tem como principais vantagens: a) agilidade nas aquisições; b) redução do número de licitações; c) redução de custos; d) inexistência de estoques; e) redução de perdas com produtos perecíveis; f) inexistência de desembolso financeiro; g) evita-se o fracionamento ilegal de despesa.

Feitas essas considerações prévias, passa-se ao exame do caso concreto.

No caso em apreço, em face dos documentos juntados aos autos, tem-se aferida a regularidade do procedimento, haja vista que:

Modalidade: a Administração classificou o objeto como *serviço comum*, conforme se depreende da minuta do edital e termo de referência. Assim, por tratar-se de serviço comum e por não haver como se apurar, desde logo, se será necessária toda a quantidade almejada, o pregão, na forma presencial, é a modalidade adequada para a licitação pretendida, assim como o Sistema de Registro de Preços.

Justificativa da quantidade: no termo de referência foi justificada a quantidade pretendida com base nos parâmetros de contratações anteriores realizadas pela Administração, sendo coerente tal critério.

Tipo de licitação: foi devidamente justificada a escolha do tipo de julgamento das propostas pelo menor preço por lote, em razão de compreender serviços cirurgicos especializados e de alta complexidade, de modo a ficar demonstrado que o agrupamento dos itens conduzirá à contratação mais vantajosa, haja visto que os itens guardam compatibilidade entre si, assegurando a competitividade necessária à disputa.

Justificativa de preço: os valores estão justificados mediante a juntada de orçamentos de empresas do ramo de atividade do objeto pretendido (Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, Centro de Coluna e Imagens S/S, Neurocor Serviços S.S., Unitá Especialidades Médicas). Essa forma de pesquisa, embora não seja a mais recomendada, já que há outros meios mais eficazes para fazê-la, não é vedada no ordenamento. Contudo, salienta-se que fica excluída da análise deste parecer a verificação da compatibilidade dos preços fixados no termo de referência com os de mercado apurados pela Administração, dado que a pesquisa e a valoração são de responsabilidade exclusiva do setor técnico competente.

Pw

Parecer contábil: a Diretoria de Contabilidade exarou parecer no qual atesta a existência de disponibilidade orçamentária e financeira suficiente para a contratação do objeto pretendido, nos termos dos arts. 7º, § 2º, II, e 38, caput, da Lei n. 8.666/1993 e art. 16 da Lei Complementar n. 101/2000.

Edital: observa-se que a minuta de edital segue o padrão utilizado pelo Município há anos. Fora isso, verifica-se que o edital atende às exigências descritas no art. 40 da Lei n. 8.666/1993 e na Lei n. 10.520/2002, bem como atende ao tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte previsto no art. 48 da Lei Complementar n. 123/2006 e Decreto Municipal n. 386/2021.


Minuta da Ata de Registro de Preços: observa-se que a minuta da ARP segue o padrão utilizado pelo Município há anos, devidamente adaptada para o objeto em apreço. Assim, a minuta reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie.

III – CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina esta Procuradoria-Geral pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo licitatório.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Cordilheira Alta/SC, 28 de fevereiro de 2023.


pp. Emerson Verdi – OAB/SC 44.809
(Procurador Geral do Município)

Emerson Verdi
Procurador Geral do Município
OAB/SC 44.809